



Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade universitária de Gloria de Dourados

TITULO

A Influência da cidade de Dourados na rede de cidades localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

Orientador: prof.Dr. Marcos Kazuo Matushima
Acadêmico: Luiz Eduardo Vieira Pereira

Relatório final do projeto de
Iniciação científica,
PROEC/UEMS.

Gloria de Dourados-MS.

Sumario.

1. Materiais e Métodos	3
1. Capítulo 1- A produção da rede urbana no sul do estado de Mato Grosso do sul.....	4
1.1 Discussão.....	4
2. Capítulo 2 Políticas públicas que influenciaram na Configuração da rede.....	20
2.1 A companhia Mate Laranjeira.....	22
2.2 A CAND.....	24
2.3 A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.....	26
3. Capítulo 3 Dourados como pólo regional no sul de Mato Grosso do Sul.....	37
4. Considerações finais	49
5. Bibliografia	51

MATERIAIS E METODOS.

Primeiramente foi feita uma revisão sobre os temas: rede urbana, o processo de ocupação do Mato Grosso do Sul, dinâmicas econômicas, além de coleta e análise de dados de órgãos oficiais tais como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes a economia, população, divisão territorial do estado, etc; do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Tais órgãos trazem informações sobre os setores econômicos presentes na região estudada. Também foram elaborados, quadros, tabelas e gráficos a partir dos dados coletados e organizados.

No referido trabalho não foi possível fazer uma pesquisa de campo, isso por conta da falta de recursos para tal, e também pela numero de cidades envolvidas na pesquisa, dessa forma trabalhamos com uma pesquisa bibliográfica e levantamentos de dados em órgãos oficiais.

1 A PRODUÇÃO DA REDE URBANA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1.1 DISCUSSÃO.

O objetivo do presente trabalho é buscar entender como ocorreu a estruturação da rede de cidades existente na porção sul do Estado de Mato Grosso do Sul, analisando o processo ocupacional da região e as dinâmicas econômicas que foram a base desse processo, para então compreender as relações existentes hoje na referida rede. Mas antes se faz necessário inserir o tema no contexto teórico-metodológico, porém sem grandes aprofundamentos, até porque este não é o objetivo aqui.

Muitos são os estudos produzidos sobre redes urbanas, a importância dada ao tema deriva do processo de urbanização acentuando principalmente a partir da industrialização onde segundo Lefebvre nasce uma “*sociedade urbana*” uma afirmação que de acordo com o autor é “a sociedade que resulta da urbanização completa hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE. 1999 pg.15.). É a partir desse fato (industrialização) que se imprimiu um novo ritmo de produção exigindo a expansão do mercado para além da cidade que até então não tinham relações fortes de mercado entre si, a partir dessa nova dinâmica de produção social é que foi possível as relações entre os lugares, instituindo assim as redes de cidades.

Com a forte industrialização fortalecendo o mercado e as relações entre os lugares reforçam-se a divisão social do trabalho expresso agora também no contexto espacial, ou seja,

Os lugares também se especializaram funcionalmente à medida que transformações estruturais foram se dando a nível da sociedade, o espaço foi sendo produzido socialmente para atender essa nova realidade econômica com forte base no desenvolvimento industrial.

(SPOSITO. 2004. Pg.53-54).

Com o avanço dos meios de transporte e comunicação a funcionalidade vai cada vez mais se expressar no contexto espacial já que ele (o espaço) no dizer de Castells (1983) é estruturado, “*ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao*

especificá-los, os determinismos de cada tipo e cada período da organização social” (CASTELLS. 1983. Pg146.).

As redes urbanas, portanto são a materializações da organização social, não sendo possível conceber a idéia de rede sem as relações antrópicas, e é através da rede que a produção, a circulação e o consumo vão se efetivar; com o desenvolvimento do sistema econômico que rege a sociedade, esses processos que são à base da estrutura social (produção, circulação e consumo) tomam rumos alienantes, e conseqüentemente surgem diferentes formas de interpretá-los. Partimos aqui de uma conceituação mínima elaborada por CORREA (2006), que uma rede urbana é um conjunto de centros urbanos funcionalmente ligados e articulados entre si. A partir dessa conceituação inicial muitos outros padrões não são aceitos como é o caso do clássico padrão christalleriano (um modelo de suma importância e que serviu e serve de base para muitos estudos sobre redes urbanas, porém não pode mais ser utilizado como padrão e sim adaptado conforme a necessidade) formulado em 1933, o qual aponta para a diferenciação dos núcleos quanto a importância, de acordo com o papel que desempenharia na distribuição de produtos industrializados e serviços , ou seja, enquanto localidade hegemônica. Correa (2005) define o seguinte:

Segundo a proposição geral de Chritaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos (CORREA. 2005. Pg.41.).

Também não é aceito o modelo “tradicionalista” que defende a idéia que apenas nos países desenvolvidos existem redes urbanas, contrariando a visão “modernista” que acena para a idéia de existência de redes urbanas também nos países ditos subdesenvolvidos, é claro que no primeiro caso as redes são mais dinâmicas, dado o grau de desenvolvimento das forças econômicas ali experimentado.

Das diferentes visões propostas sobre a temática das redes urbanas segundo Correa as mais importantes são as que enfocam a respeito da diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidades e regiões. Quanto à abordagem a partir da

funcionalidade segundo CORREA (2006) já em 1921 o geógrafo Auroseau propõe uma classificação de cidades em oito tipos. Harris (1943) também citado por Correa, classifica em seu estudo as cidades norte-americanas de acordo com a importância de suas atividades. Dos autores que seguem essa linha a maior importância herdada é a classificação das cidades quanto às atividades por elas desempenhadas as quais se dividem em básicas ou primárias, ou seja, cidades fornecedoras de materiais primários para abastecer a/s de maior importância na rede, e não básicas ou secundárias, servidas de maiores equipamentos e serviços urbanos.

Também com grande influência são os estudos dedicados à hierarquia urbana, os mais tradicionais têm nos estudos de Christaller seu alicerce teórico CORREA (2006) define o funcionamento hierárquico da seguinte maneira:

A partir da distribuição de bens e serviços das localidades centrais para as suas hinterlandias, verifica-se uma diferenciação hierárquica entre elas, envolvendo o número, o tamanho das localidades e de suas hinterlandias e a distância entre elas. (CORREA. 2006. Pg.21-22).

Os estudos quanto à hierarquia urbana contribuíram em muito para o conhecimento das redes, especialmente nos países subdesenvolvidos, onde se verificou a presença de redes dendríticas, ou seja, uma rede de localidades centrais que foram estratégicas para a entrada e saída de produção (cidades coloniais). “Seu ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada em face de sua futura hinterlandia”. (CORREA. 2005. Pg.43). Nessas cidades desde sua criação são concentradas as principais atividades econômicas transformando-se em um ponto hegemônico em relação a sua hinterlândia. Também foi verificada a presença de redes caracterizadas pela existência de mercados periódicos ou funcionamento não cotidiano, são aqueles núcleos de povoamento (pequenos) que uma ou mais vezes por semana se transformam em localidades centrais, geralmente nos períodos de safra, depois volta a ser pequenos núcleos agrícolas. E a outra verificação é o desdobramento da rede em dois circuitos econômicos (superior e inferior) explicados por Santos (2004) e que serão enfocados mais adiante.

Milton Santos também trouxe grandes contribuições para a temática, em seus estudos sobre o espaço, propõe uma discussão sobre o que é rede, as definições são múltiplas, mas de acordo com o autor encaixa-se em duas vertentes, a primeira que considera o seu aspecto, ou seja,

sua materialidade, e a segunda que põe em consideração o fator social. Defendendo a primeira matriz, se encaixando numa definição formal e superficial N. CURIEN (1988) citado por Santos (2006) assim descreve:

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (SANTOS. 2006. Pg.262).

Porém a segunda idéia defende que a rede sem a ação humana se torna uma mera abstração, “*mas à rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam*” (SANTOS. 2006. Pg.262), Por isso segundo SANTOS (2006) “*O termo rede seja limitado aos sistemas criados pelos homens deixando aos sistemas naturais o nome de circuitos*” (SANTOS. 2006. Pg.262), assim a materialidade presente na rede é uma materialidade social.

Outra contribuição substancial dada por Santos à temática das redes é quanto o desdobramento da rede em dois circuitos econômicos (que alias é o terceiro modo de como a rede de localidades centrais está organizada nos países subdesenvolvidos). No período atual denominado por Santos (2006) de *meio técnico científico informacional*, o peso da tecnologia é tirano e a capacidade de revolucionar é muito grande, e quando essa modernização, através de suas forças de difusão, atinge os países subdesenvolvidos (que já têm por característica a distribuição desigual de renda) influencia em muito a sua produção espacial, a indústria, por exemplo, não tem uma alta capacidade de absorção e cada vez diminui mais seu poder de gerar empregos, na agricultura também se vê a diminuição de sua capacidade de empregar pessoas, ou porque é atrasada ou por estar se modernizando. Assim,

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de uma maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las (SANTOS. 2004. Pg.37).

Essa diferença econômica se refletirá no consumo, e segundo Santos são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo. São esses circuitos: o

superior, resultante diretamente da modernização tecnológica; são as atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e de seus beneficiados, pode-se apresentar o circuito superior como representado pelos bancos, grandes indústrias, serviços modernos, atacadistas, transportadores, e outros desse gênero. Já o circuito inferior também é resultante dessa modernização, porém de forma indireta e se reflete nos benefícios parciais ou nem isso, dos progressos técnicos e das atividades amarradas a eles, esse circuito é constituído pelas formas de fabricação não-modernas e pelo comércio e atividades de pequena expressão.

Quanto à produção espacial referente a esses dois circuitos é uma realidade da claramente notada na paisagem urbana, e o seu funcionamento na rede, segundo Santos (2004)

Os dois circuitos da economia interferem na rede de localidades centrais estruturando-a de modo a que cada centro atue simultaneamente nos dois circuitos, dispendo de duas áreas de influência. (SANTOS. 2006.).

Como se vê, os estudos sobre as redes urbanas se fazem das mais variadas formas, as visões conflitantes vem engrandecer o tema que cada vez mais se dinamiza, isso porque, a rede urbana não é desvinculada do fator humano, e com os avanços dos processos que regem a sociedade moderna a produção do espaço na rede toma rumos muitas vezes alienantes, os autores citados contribuíram em muito deixando um legado de obras clássicas que são a base para os demais estudos contribuindo assim para um melhor planejamento social e econômico na rede.

Roberto Lobato Correa é um dos autores que mais se destacam nessa temática, com o qual, aliás, nos propomos a seguir sua metodologia teórica, seus estudos sobre o tema se iniciam na década de 1960, com estudos sobre a rede urbana alagoana e a área de influência de Aracaju. Para o referido autor, como já dito anteriormente, uma rede urbana é composta por um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados a proposta do autor é entendê-la como um produto social, para garantir a existência e reprodução numa determinada porção territorial. Em termos gerais a proposta do autor amarra nas seguintes idéias:

Entendemos que para haver rede urbana três condições mínimas devem ser satisfeitas. Primeiramente tratar-se de uma sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais envolvendo bens produzidos localmente e bens produzidos externamente. Isso pressupõe uma mínima divisão do trabalho. Em segundo lugar

devem-se haver pontos fixos no espaço onde, de modo permanente ou temporário, as transações são realizadas. Esses pontos fixos, por outro lado, tendem a apresentar outras atividades que garantem a possibilidade das transações serem realizadas. Em terceiro lugar deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e ratificam uma diferenciação hierárquica ou em termos de especialização produtiva entre eles (CORREA. 2005. Pg.94).

É dentro dessa proposta que pretendemos nortear a abordagem da rede de cidades na porção sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Mesmo que na divisão administrativa de acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o território sul-mato-grossense seja dividido em quatro mesorregiões e onze microrregiões, nos delimitaremos na mesorregião do sudoeste do Estado, mais especificamente nas microrregiões de Dourados e Iguatemi, nessa porção (sul do estado, microrregião de Dourados e de Iguatemi) Dourados exerce uma forte polarização nessa região, uma vez que apresenta um grande conjunto de bens, serviços e infra-estrutura, influenciando toda a rede de cidades dessa porção de Estado (essa influência de Dourados será melhor enfatizada mais adiante).

Figura: 1. Mesorregião Sudeste de Mato Grosso do Sul.

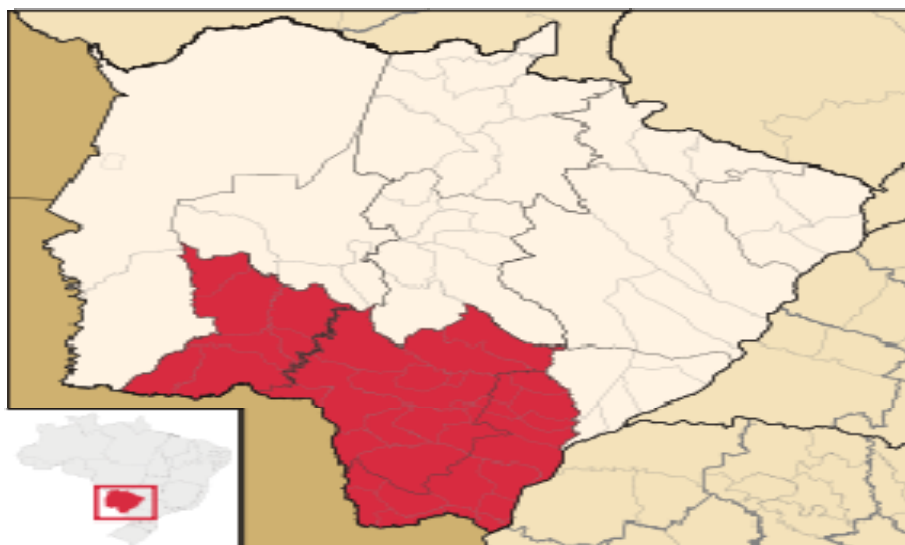


Figura: 2. Microrregião de Dourados.

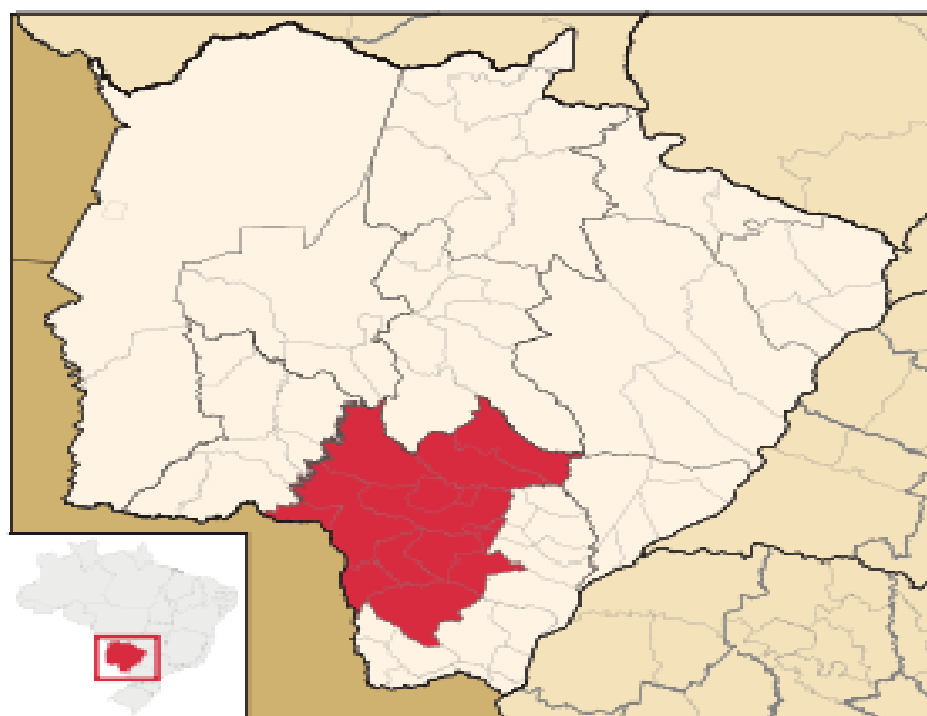
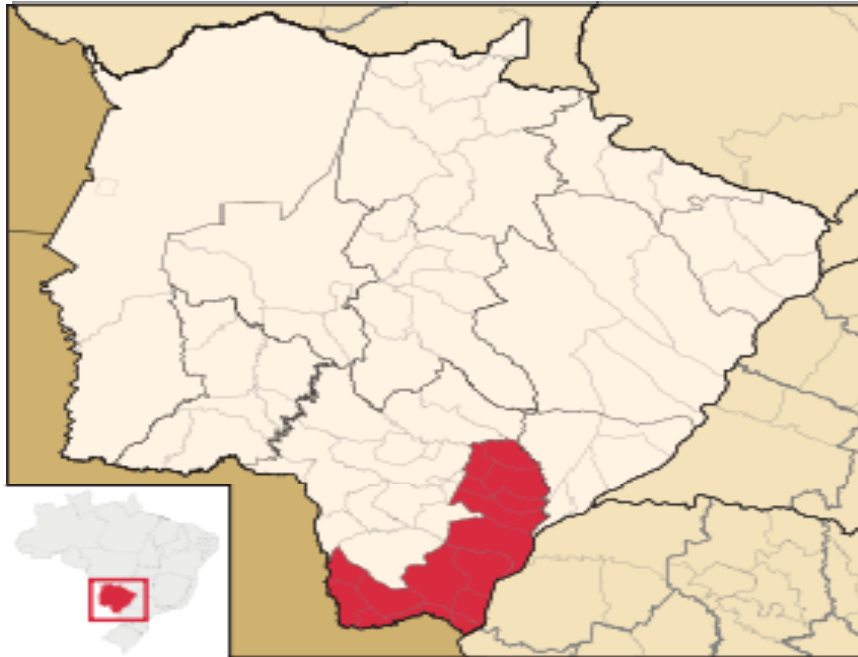


Figura: 3. Microrregião de Iguatemi.



Quando nos referimos à região sul do estado não estamos nos isentando da discussão que envolve o conceito uma vez que seria imprudente tomá-lo sem antes abordá-lo no campo científico. Portanto uma breve reconstituição a respeito das correntes teóricas que se dedicaram ao estudo desse conceito se faz necessário, especialmente no campo científico que estamos inseridos.

A geografia ciência que tem por objetivo o estudo da superfície terrestre muito tem contribuído para a discussão a respeito de região: tema de complexa interpretação exatamente por conta de estar inserido no contexto científico a partir das contribuições de diversos autores que discorrem a esse respeito. A ciência geográfica vai dar, portanto um caráter científico ao tema adotando-o como um conceito,

... Diferentemente de outras ciências que trabalham com emprego da noção de região próximo a sua etimologia, ou seja, área sob certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem. (GOMES, 1995; p.52.).

No contexto geográfico a discussão sobre região emerge concomitantemente ao surgimento da geografia como disciplina acadêmica em 1870, nesse período os estudos giravam

em torno da região extremamente ligada a “natureza” uma visão de caráter determinista. Segundo Corrêa seus defensores afirmam que:

As condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas climáticas mais propícias. (CORRÊA, 2003; p. 9).

A partir dessa idéia surge a noção de região natural, onde o ambiente tem certo domínio sobre o desenvolvimento social. Esse ideal é largamente criticado pelos autores da Escola Positivista que propunham que a natureza tem apenas um certo poder de influência sobre as relações sociais, de acordo com Gomes:

É sempre a sociedade, em seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha, segundo uma formula bastante conhecida – o meio ambiente propõe, o homem dispõe. A natureza não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar. (GOMES, 1995; p.56).

Segundo essa perspectiva o ambiente é resultante do trabalho humano assim é inviável a compreensão de uma determinada região sem a análise de suas relações.

Em posição a esses dois paradigmas surge o método regional que ganha importância somente a partir da década de 1940 com as idéias do geógrafo Hartshorne defensor da seguinte idéia.

O cerne da geografia é a regional que, busca a integração entre os fenômenos heterogêneos no espaço terrestre. Estes fenômenos apresentam um significado geográfico, isto é, contribuem para a diferenciação de áreas. Da integração destes – estudados sistematicamente pelas outras ciências -, surge a geografia como uma ciência de síntese. (CORRÊA, 2003; p. 15).

O método regional produzia uma noção sinóptica sobre diferentes áreas, sem a preocupação de uma análise totalizante, na verdade o método regional procurava dar uma

identidade a geografia isso se obteria não através de objeto próprio, mas sim de um método exclusivo, o método regional. (GOMES. 1995).

Após a Segunda Guerra Mundial o processo capitalista entre em uma nova fase exigindo uma justificativa para a sua expansão marcada pela conquista territorial, impondo assim uma nova divisão social e territorial do trabalho, muita das regiões existentes antes da guerra são desfeitas ao mesmo tempo em que a ação do homem sob a égide do capital constrói novas formas espaciais. A geografia, portanto a partir daí tem um caráter ideológico. Segundo Corrêa:

É preciso justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas, assim como dar esperanças aos deserdados da terra, acenando com a perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo: o subdesenvolvimento é encarado como uma etapa necessária, superada em pouco tempo. A teoria dos pólos de desenvolvimento é um dos melhores exemplos desta ideologia. (CORRÊA, 2003; p.17-18).

A partir das décadas de 1970 e 1980, o sistema capitalista de produção entra em um novo momento produtivo, momento esse em que a nova geografia e os paradigmas tradicionais são largamente criticados por parte de uma geografia nascida sob novas circunstâncias que caracteriza capitalismo.

Portanto com essa breve reconstituição histórica do conceito de região a partir da ótica geográfica podemos perceber que suas discussões estão sendo fundamentadas no campo de debates políticos, econômicos da organização social, possuindo um componente espacial, ou seja, está relacionado especificamente às projeções no espaço das noções de autonomia e soberania.

A proposta que pretendemos aqui se amarra primeiramente na análise funcionalista, onde a estruturação do espaço não é marcada pela uniformidade, mas sim fruto de uma determinada organização social, no caso, o sistema capitalista de produção, aparelho esse que tem por principio a desigualdade na apropriação do trabalho produzido coletivamente, e essa disparidade é estendida para todos os ramos que envolvem as relações sociais, sobretudo quando analisadas

sob a ótica da rede urbana, especialmente a partir do momento que a cidade assume um papel preponderante na organização espacial.

Portanto a região vista sobre a visão funcional vai ter um inevitável fator econômico como base de funcionamento, assim análise da porção sul do estado de Mato Grosso do Sul como uma região funcional justifica-se pela idéia de Gomes (1995).

As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação. (GOMES 1995)

As cidades que fazem parte da rede em questão são as seguintes:

QUADRO I – CIDADES DA PORÇÃO SUL DO ESTADO DE MS.

CIDADE	POPULAÇÃO	ÁREA TERRITORIAL Km ²
Amambaí	33.426	4.202
Antonio João	8.350	1.144
Aral Moreira	9.236	1.656
Caarapó	22.723	2.090
Douradina	4.900	281
Dourados	181.869	4.086
Fátima do sul	18.789	315
Itaporã	18.605	1.322
Juti	5.353	1.585
Laguna Carapã	5.813	1.734
Maracaju	30.912	5.299
Nova Alvorada do Sul	12.026	4.019
Ponta Porã	72.207	5.329
Rio brilhante	26.500	3.988
Vicentina	5.627	310

Angélica	7.253	1.273
Coronel Sapucaia	13.979	1.029
Deodapolis	11.261	831
Eldorado	11.934	1.018
Gloria de Dourados	9.644	492
Iguatemi	14.632	2.947
Itaquirai	16.924	2.064
Ivinhema	20.567	2.010
Japorã	7.362	420
Jatei	3.808	1928
Mundo Novo	15.968	479
Navirai	43.391	3.194
Novo Horizonte do sul	4.967	849
Paranhos	11.092	1.302
Sete Quedas	10.659	826
Tacuru	9203	1.785

FONTE: IBGE 2007

Como já foi exposto anteriormente a análise aqui proposta leva em consideração a afirmativa que a rede urbana é fruto de realizações sociais, ficando assim fora de cogitação uma análise desse conjunto de centros urbanos sem a participação humana. Dessa forma, a busca pela compreensão modo como ocorreu à ocupação progressiva dessa região se faz importante, e uma vez ocupada, como se deram às relações sociais existentes, e como isso vai ser expresso no contexto espacial.

Sucintamente falando, a ocupação progressiva dessa área (sul do MS) é relacionada primeiramente com os grandes fluxos oriundos da quebra da economia cafeeira de 1930 até então esta porção do Estado (sul) organizava-se em torno da exploração da erva-mate, controlada pela CIA Mate Laranjeira. Esse modo de produção espacial organização começou a ser quebrado em 1943, com a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) projeto do governo de Getúlio Vargas, visando aumentar a produção para o mercado interno e quebrar a hegemonia de Tomas Laranjeira, em virtude de sua influencia e poder crescente na região. Com a implantação da Colônia Agrícola de Dourados um grande contingente populacional foi atraído e esse processo migratório em direção a essa região perpetuou-se por décadas adentro impulsionado por uma série de vantagens: boas terras para o cultivo, certa proximidade com os portos, além de incentivos estatais.

Em suma, não há dúvidas de que a expansão da fronteira propiciou a incorporação de novas áreas agrícolas a economia nacional, a diversificação dos pólos de crescimento e a desconcentração da população. (MARTINE, p.44.1994).

A partir dessa ocupação, a região analisada, após uma gama de processos, experimentou uma crescente urbanização fortalecida pela modernização da agricultura que libera grande parte um grande contingente populacional, antes necessário para o trabalho agrícola (assim a migração rural-urbana se intensifica) já que a grande concentração latifundiária expulsou grande parte de pequenos agricultores, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, meeiros, justamente os que empregaram de uma larga mão-de-obra, que agora será liberada concomitantemente ao processo de modernização da agricultura.

Tanto a fronteira agrícola como os incentivos setoriais tinham como objetivo a inclusão de novas áreas para atender as demandas capitalistas, com essa incorporação temos então o

surgimento de pontos ou núcleos urbanos responsáveis por organizar e/ou justificar a produção capitalista na agricultura.

Nessa rede urbana localizada na porção sul do Estado, segundo Calixto (2004) a cidade de Dourados exerce o papel de centro hegemônico, isso se deve além de sua localização estratégica, a uma série de ações do Estado que a beneficiaram diretamente. Essas ações passam a ter maior influência sobre Dourados (e conseqüentemente a região) a partir do momento em que a economia brasileira passa a experimentar um novo “modelo” o qual o país vai buscar uma maior participação na economia internacional, com isso a inserção de novas áreas produtivas foi possível, mudando assim as relações espaciais antes existentes, essa nova realidade impõe novas integrações territoriais e conseqüentemente uma nova divisão territorial do trabalho.

Calixto (2004) expõe que com esse processo, a ampliação da fronteira agrícola vai buscar integrar as regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste a região Sudeste (hegemônica já em um processo de industrialização avançado). No Centro-Oeste a ampliação das fronteiras foi marcada pela introdução do cultivo de soja (via exportação). O Estado teve seu papel explicitação pela política agrícola, apoiando e garantindo o financiamento da produção. Dentro dessas medidas estatais vale ressaltar a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) esse plano fazia do PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e tinha como meta incorporar o cerrado ao processo produtivo, por intermédio do uso de novas tecnologias. Assim foram implantados órgãos voltados a pesquisa sendo exemplo a EMPAER (Empresa Agrícola de Extensão Rural) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) além de investimentos na malha viária, comunicação e informação, o resultado dessas medidas vieram a beneficiar a região de Dourados, que por sinal foi eleita pelo governo federal na década de 1970 como pólo de desenvolvimento passando a receber expressivos incentivos governamentais. (Calixto. 2004).

De uma forma geral, ainda segundo Calixto (2004) os programas que mais contribuíram para o desenvolvimento da região enfocada aqui (Sul de MS) foram os projetos de desenvolvimento da criação de gado (1967) que tinha como objetivo a propagação de uma pecuária produtiva, através de empréstimos a longo prazo para a abertura de novas áreas. Também se destacou o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), esse programa visava à melhoria em infra-estrutura estradas (ex. o BR 163), frigoríficos, armazéns etc. Também houve outros programas, como o Programa de Corredores de Exportação (1973) que

visava o aumento das exportações, através de melhorias na produção, armazenagem e transporte de produtos. O PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico Social do Centro-Oeste) o primeiro plano elaborado pela SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) cujas prioridades era desenvolver uma estratégia de ações a serem realizadas dentro das metas nacionais de expansão do mercado e ampliação da produção.

Mas sem dúvida, de acordo com Calixto (2004) o programa Estatal que teve o maior peso e influência direta sobre a região foi o PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados) tal programa fazia parte do II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), esse plano tinha como objetivo principal o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade, sendo esse alcançado com sucesso, pois, a grande Dourados ficou conhecida como celeiro agrícola nacional e esse processo trouxe para a cidade de Dourados migrantes e capital comercial, agroindustrial e financeiro, desencadeando também um crescimento de seguimentos sócio-profissionais ligados especialmente a setores da agricultura.

A alta produtividade de soja na microrregião de Dourados fez com que se ampliassem as relações inter-regionais (com o sul e sudeste) e internacionais criando uma rede de relações produtivas, dessa dinâmica nasce dois processos; o primeiro foi uma valorização da terra que se torna um produto concorrido, e o segundo foi a expulsão daqueles produtores que não tinham condições de inserir-se na nova dinâmica presente, a qual exigia o uso de tecnologias de alto valor (tratores, colheitadeiras, defensivos agrícolas, etc.), um tipo de produção que não necessitava de uma larga mão-de-obra. Assim a cidade de Dourados passou a receber grande parte desse fluxo que geralmente se dirigia para a periferia, por outro lado à cidade também passou a contar com a presença dos grandes latifundiários responsáveis pela capitalização do campo.

Assim em 1980, Dourados já contava com 69,62% da população urbana da microrregião, esse processo de crescimento populacional exigiu uma nova postura para o município nesse sentido Calixto (2004) expõe:

A inserção de Dourados numa nova divisão territorial do trabalho, voltada para a agroexportação, acabou por se definir numa nova rede de relações, funções, fluxos, papéis e conteúdos, em decorrência do novo modelo de produção regional, criando novas formas de consumo, produção e apropriação do espaço (CALISTO. 2004. Pg.56.).

A criação de um conjunto de infra-estrutura para permitir uma melhor fluidez tanto material (pessoas, mercadorias) como imaterial (capital financeiro, informações) trouxe um novo papel para a cidade, o de centro hegemônico, passando a controlar, através de sua influência, toda uma hinterlandia composta por pequenas cidades geralmente carentes de infra-estrutura urbana (hospitais, serviços médios, universidades, órgãos públicos, etc.).

Com a cidade de Dourados desempenhando esse papel de centro hegemônico regional, a função das pequenas cidades da rede se resume a locais de concentração de força de trabalho empregado na agricultura. A perda de importância desses pequenos centros deveu-se principalmente ao desenvolvimento das comunicações e transportes, que propiciaram uma exploração acentuada pelos grandes centros.

Os investimentos realizados no campo e nas cidades menores pelas grandes cidades constituem condições para uma efetiva exploração, isso é para uma efetiva continuidade do processo de acumulação capitalista. (CORRÊA. p, 67. 1989.).

Assim fica evidente que as atividades existentes nas cidades pequenas não têm a mínima condição de concorrer em termos de variedade, serviços, preços, etc., uma vez que as empresas maiores por ter mais clientes conseguem melhores negócios do que as que têm um pequeno capital.

Capítulo. 2.

1 POLITICAS PÚBLICAS QUE INFLUENCIARAM NA CONFIGURAÇÃO DA REDE.

Aqui nos propomos a tratar mais especificamente a influência das políticas públicas mencionadas de forma sucinta no primeiro capítulo, analisando assim o papel do Estado na configuração da rede em estudo, impulsionado pela necessidade do processo de desenvolvimento industrial, que a partir de 1930 implanta-se de forma concreta na realidade do país, conseqüentemente, a demanda de alimentos e matérias-primas será acentuada, implicando assim uma maior necessidade de terras agricultáveis, havendo então uma forte pressão para a expansão da fronteira agrícola para essa região.

Esse novo modelo de desenvolvimento implantado no país a partir de 1930 é o marco do início do processo de urbanização brasileira, isso porque até então tínhamos uma economia basicamente agrícola, que logo se transformou em uma economia industrial e urbana. O Brasil inicia então uma nova fase no seu processo de desenvolvimento. Aqui é importante ressaltar que quando se fala em desenvolvimento não podemos desvinculá-lo do seu caráter conceitual (ainda que dessa forma ele não se encaixe no que de fato acontece na realidade social), segundo Pereira (1985) o conceito é entendido como “um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. (PEREIRA. 1985). Portanto ao se reportar ao desenvolvimento não podemos desvinculá-lo de todas as estruturas que o envolvem, não existe desenvolvimento parcelado, se ele não trazer mudanças de caráter social e político, de fato não há desenvolvimento, uma vez havendo mudanças nas estruturas econômicas, essas devem repercutir nas esferas sociais e políticas para que haja de fato desenvolvimento.

Por isso, segundo Pereira (1985) a década de 1930 é um marco para o Brasil, pois é a partir daí que podemos dizer que se começa a haver um ensaio para o desenvolvimento, antes, porém, no modelo tradicional (agrário-exportador) não houve nenhum desenvolvimento no âmbito que se propõe o conceito, pois as estruturas econômicas não beneficiavam o meio social como um todo e sim somente a elite controladora. Mas com a revolução de 1930 a oligarquia até então “reinante” perde o poder e entra em decadência, de acordo com Pereira (1985) para que

todo um processo de transformação se inicie é necessária essa troca de classe dominante, no caso do Brasil a classe média aponta como substituta da oligarquia, automaticamente ao assumir o poder essa classe que era média torna-se alta.

Tem início, então, uma fase na história do país que tem sido chamada por uns de Revolução Industrial, para salientar a básica identificação do desenvolvimento com o processo de industrialização, por outros de Revolução Nacional, especialmente quando se trata de um país colonial ou semicolonial, que para iniciar seu desenvolvimento tem não só que colocar em segundo plano a sua oligarquia tradicional como também desvincilhar-se do jugo de potências imperialistas. (PEREIRA. Pg. 23.1985).

Portanto a década de 1930 foi um momento ímpar para o Brasil, isso porque o desenvolvimento vai vir empurrado pela necessidade de inserção do país de forma mais direta no sistema de produção social (capitalismo) exigindo uma nova Divisão Territorial do Trabalho, e conseqüentemente a incorporação de áreas para o aumento da participação no mercado. Assim, o Estado, entra em cena nesse contexto a partir das políticas públicas de desenvolvimento regional, centrado na afirmativa de superação das disparidades de concentração regional.

Dessa forma, a região sul do então estado do Mato Grosso (assim como todo o Centro Oeste) foi inserida no contexto do sistema capitalista como uma região estratégica para atender as necessidades do maior núcleo urbano-industrial do país (Sudeste, especialmente São Paulo). Para isso uma série de medidas eram necessárias, primeiramente era preciso ter uma produção que pudesse ser apropriada dentro da dinâmica capitalista. Foram criados então vários incentivos setoriais, assim como melhorias na infra-estrutura; como construção de ferrovias e estradas além incentivar o processo migratório era necessário promover o escoamento da produção agrícola e de matérias primas. A medida de maior impacto do Estado brasileiro foi a construção e transferência da capital federal para Brasília, que propiciou a criação um sistema de transporte ligando a nova capital as demais áreas, possibilitando a inserção de grandes áreas na economia nacional, através do desenvolvimento de núcleos urbanos e do desenvolvimento agropecuário.

Portanto podemos afirmar que o Estado teve grande influencia na configuração da rede urbana existente hoje. Dessa forma entender o processo de atuação do Estado possibilita a compreensão da dinâmica de funcionamento da rede urbana brasileira, e também do Mato Grosso do Sul . Aqui estaremos analisando a atuação do Estado na região Centro-Oeste, especialmente

na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, a partir do contexto da atuação companhia Mate Laranjeira, e a partir disso analisar os impactos da implantação da CAND a partir da década de 1940.

1.1 A Companhia Mate Laranjeira.

O processo de ocupação da porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, foi dificultado pela atuação da Companhia Mate Laranjeira, que por conta de seu poderio econômico chegou a desafiar a Estado no início do século XX, sendo um obstáculo para a colonização do sul do então estado de Mato Grosso.

Segundo Oliveira (1999) a historia da Companhia Mate Laranjeira inicia-se com o termino da guerra do Paraguai, ao se demarcarem as fronteiras foi possível o conhecimento tanto do espaço geográfico, como do seu potencial econômico, Thomas Laranjeira uma visão empreendedora tratou logo de se apossar de algumas áreas nas localidades de Ponta Porã, Bela Vista, Paranhos e outras, áreas essas com a forte presença de ervais nativos, iniciando assim as atividades de exploração, com a ajuda de alguns rio-grandenses, experientes no preparo da erva, logo isso se tornou a Companhia Mate Laranjeira, obtendo a permissão do governo imperial (1882) para colher a erva-mate.

No contrato do governo imperial a permissão era para que Thomas Laranjeira utilizasse as terras devolutas por um período de dez anos, por isso verdadeiras batalhas eram travadas quando a empresa solicitava a prorrogação de contrato, uma vez que a bancada de políticos era dividida entre aqueles que apoiavam e os que eram contrários a Mate. Segundo Oliveira (1999) entre os que eram favoráveis ao monopólio da Companhia encontrava-se os Murtinhos que eram acionistas da Mate, então ao defendê-la elas estavam defendendo também seus próprios interesses e o seu poder político econômico.

Assim com o apoio de muitos políticos a companhia foi sendo beneficiada, e cada vez mais aumentava sua área de arrendamento, Oliveira (1999) coloca que:

O domínio da Mate expandiu-se ainda mais quando, a partir de 1892, os Murtinhos tornaram-se sócios da Empresa, pois estes, além de serem donos do banco Rio-Mato Grosso, tinham grande influencia política no Estado e chegaram a ocupar elevados cargos: Joaquim Murtinho foi ministro da Fazenda e Manuel Murtinho foi presidente do

Estado de Mato Grosso 1892 – 1895 e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Diante disso, não restam dúvidas quanto as formas e mecanismos adotados pela Mate Laranjeira para tornar-se uma força política no estado e dificultar o povoamento na região.(OLIVEIRA. Pg. 139.1999).

Diante dessas facilidades a companhia Mate solicitou em 1912 a prorrogação do contrato por mais 22 anos, alguns políticos se posicionaram de forma contrária, entre eles Pedro Celestino, mesmo assim a proposta seguiu para a Assembléia Legislativa, todavia os contrários ao monopólio da Mate se organizaram e não compareceram a sessão,

Essa obstrução, que impediu a votação da proposta da Mate acabou resultando numa cisão política no Estado, levando Pedro Celestino da Costa a abandonar o Partido Conservador e liderar a criação do Partido Republicano Mato-Grossense. Nas eleições de 1914, a Mate apoiou o Partido Conservador, que elegeu 20 deputados, enquanto o Partido Republicano Mato-Grossense não elegeu nenhum. Com a vitória dos Conservadores, a Mate Laranjeira, politicamente, ficou fortalecida e passou a decidir nas campanhas eleitorais.(OLIVEIRA. Pg. 145.1999).

Desse modo a Empresa Mate, passou a ter uma forte influência política em todo o estado de Mato Grosso, de modo que todas as decisões tomadas em época de eleições passavam necessariamente pela Mate. De certa forma esse poderio da Mate começa a receber ataques a partir da nova lei aprovada em 1915, Correia Filho(1969) et al considera que essa nova lei referente ao arredamento dos ervais, representou de certa forma uma pequena vitória aos pequenos posseiros, antes vistos como intrusos, esses eram geralmente migrantes gaúchos que chegavam a região em busca de terras e pastagens para praticarem a atividade agropecuária.

Entretanto, essa pequena alteração no quadro não impediu a Cia Mate de continuar suas atividades de extração, que ainda perdura por muitos anos. É somente na década de 1930 que se começa a haver de fato um declínio no poderio da Mate, a partir das medidas tomadas pelo governo de Getulio Vargas que decidiu incentivar a indústria brasileira, criando impostos que encareciam as exportações da erva-mate não beneficiada. O governo Vargas adotou medidas de valorização do mercado interno, medidas essas que afetavam diretamente a companhia Mate Laranjeira, uma vez que ela era considerada mais estrangeira que brasileira, isso porque a exportação da erva era feita de forma não-industrializada (cancheada), significando o não

pagamento da impostos de industrialização no país, não trazendo assim nenhum benefício econômico para o Brasil.

Portanto, percebe-se a clara intenção do governo Vargas em derrubar a Mate através das medidas tomadas para encarecer as exportações da erva não beneficiada.

Quando o governo federal decidiu eliminar a Empresa, as medidas contra ela não permitiram sua defesa. Além das medidas já mencionadas anteriormente o governo varguista criou o Território Federal de Ponta Porã, em 1943. Com o desmembramento das terras do Mato Grosso, na área fronteira onde se encontravam os ervais, foram liberadas as terras até então monopolizadas pela Companhia Mate Laranjeira e denegado o contrato de arrendamento à Empresa. (OLIVEIRA. Pg.151.1999).

É importante ressaltar que Vargas sempre manteve um certo diálogo com a empresa Mate, em momento nenhum declarou “guerra” ou um conflito direto, suas medidas eram sempre sob a justificativa de decisões administrativas que visavam os interesses da nação, esses interesses eram claros: a incorporação dessa região ao capital; para isso era necessário uma política de colonização, política essa atravancada nos anos de poderio da Mate. Portanto ao intervir na região, o governo Vargas favoreceu a ocupação e a abertura do espaço regional, até então ocupados pela Mate. Assim essa política foi dirigida para enfraquecer o domínio da Cia Mate Laranjeira, possibilitando a colonização a fronteira agrícola sul-mato-grossense.

Com as referidas medidas tomadas pelo governo Vargas, foram tiradas todas as possibilidades de arrendamento de terras à companhia Mate Laranjeira na região, liberando assim as terras para a instalação de outros implementos que tivessem um maior significado em termos econômicos, tanto na esfera estadual quanto nacional. Uma das alegações do governo acerca das desvantagens que a Mate representava para o país era a de que o produto exportado pela Mate não trazia benefícios no que diz respeito à arrecadação de impostos, uma vez que o produto não era industrializado no Brasil. (OLIVEIRA. 1999).

1.2 A CAND

Em 1943 é dada a cartada final para a total extinção da Companhia Mate Laranjeira, com a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), que viria a ser implantada no ano

seguinte. Através dessa política do Governo Vargas foi possível a abertura da fronteira agrícola para um grande contingente de migrantes, atraídos por essa política adotada pelo Estado, que visava modificar o papel desempenhado pelo sul do então estado de Mato Grosso, na divisão territorial do trabalho.

Essa política implementada ficou conhecida como “Marcha para Oeste”, onde o Estado com a intenção de atrair contingentes migratórios para essa região passou a distribuir gratuitamente terras de solos férteis, de acordo com Oliveira (1999) os lotes eram doados a cidadãos brasileiros, com idade superior a 18 anos, sem vínculos com atividade pública (funcionários estaduais ou municipais), que não desfrutassem de bens materiais (pobres), aptos ao trabalho agrícola. Geralmente a preferência era para famílias com maior número de integrantes, e a responsabilidade assumida pelos contemplados era de não vender, trocar, arrendar ou alugar sem a expedição do título definitivo da propriedade, além de zelar pela colônia agrícola.

Além da doação de terras o governo federal ofereceu também alguns subsídios para estimular a produção agrícola entre os colonos. A CAND fez com que a região atraísse um forte fluxo migratório por vários anos, principalmente da região Nordeste, isto graças à demora na demarcação da área destinada ao assentamento de trabalhadores rurais na região de Dourados, e a forte propaganda feita pelo Governo federal.

Mesmo sendo criada em 1943, e implantada em 1944, de fato a CAND só foi consolidada a partir de 1948 através do estabelecimento dos seus limites, de acordo com Lima (2006),

A CAND foi implantada, aproximadamente, no centro da região meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul, iniciando a ocupação das propriedades e abrindo estradas a partir das proximidades da cidade de Dourados, daí se estendendo para Leste, nas atuais cidades de Fátima do Sul, Vicentina, e Jatei e depois em sentido Norte, para Gloria de Dourados e Deodapolis. (LIMA. Pg. 73.2006).

A implantação da CAND transformou a paisagem da região, com a criação de pequenas vilas que mais tarde se emancipariam dando origem a vários municípios, (Fátima do Sul, Jatei, Vicentina, Douradina, Gloria de Dourados, Deodapolis, Angélica, etc.). Criou-se um conjunto de pequenos centros urbanos onde se desenvolvia um comércio de subsistência, e algumas atividades industriais, como por exemplo, beneficiamento de cereais e serrarias. Com a

emergência dessas atividades novas necessidades eram criadas fazendo com que as relações entre os centros urbanos aumentassem.

Para Lima (2006) a CAND nos primeiros anos de sua implantação conseguiu cumprir seu papel de povoar a área próxima à fronteira, criando vários núcleos urbanos, transformando o espaço regional. Contudo a CAND não conseguiu fixar esses colonos por muito tempo nesses pequenos núcleos criados, como é o caso em Glória de Dourados e outros municípios da região, que perderam parte considerável de seus habitantes, de acordo com Lima (2006) essa perda de população ocorreu por conta da exploração maciça dos recursos naturais, levando os pequenos núcleos surgidos a enfrentar problemas referentes a essa exploração, dentre essas conseqüências estavam, por exemplo, a erosão dos solos.

Segundo Oliveira (1999) na região onde foi criada a CAND, hoje conhecida como “Região da Grande Dourados” de fato, não há, praticamente, mais a presença dos pequenos agricultores contemplados com a doação dos lotes, isso por conta da incapacidade de se adequar as necessidades impostas pelo mercado, ficando fadados a perda de suas terras para aqueles que detinham um pequeno capital.

De fato hoje a região é marcada pela predominância da pequena e média propriedade, com exceção de alguns municípios que permanecem com a mesma malha fundiária ainda estipulada na época da distribuição, porém com proprietários sem nenhum vínculo com o projeto da década de 1940. Os que venderam suas terras migraram para cidades vizinhas e praticam alguma economia informal, ou são donos de pequenos comércios, ou, ainda, trabalham em fazendas como diaristas, o que comprova que a maioria se desencontrou do progresso, mas em conseqüência o Estado conseguiu de fato o que queria.(OLIVEIRA, 1999).

1.3 A Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste. SUDECO.

A SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste) entra em cena no contexto brasileiro como uma entidade vinculada ao Ministério do Interior, com a incumbência de suprir as demandas do sistema capitalista, através da incorporação de novos territórios à expansão da produção agropecuária. Criada em 1967, a SUDECO viria substituir a extinta FBC (Fundação Brasil Central) que tinha como objetivo a integração do Sudeste, em

pleno processo de industrialização, com Amazônia que até então era pouco explorada esse objetivo seria alcançado através da construção de vias de transporte (principalmente rodovias), que interligariam as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte entre si.

A Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste inicia sua atuação através de um regulamento provisório que tinha as seguintes atribuições:

1) a realização de programas, pesquisas e levantamentos do potencial econômico da região para efetivar as ações de curto e longo prazos; 2) a definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de promover o desenvolvimento das áreas vizinhas ; 3) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população; 4) adoção de política migratória para a região; incentivo e amparo as atividades econômicas, principalmente no setor primário e serviços básicos; 5) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômico social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis e 6) a elaboração dos Planos Diretores Setoriais, o acompanhamento de sua execução e a promoção das revisões anuais, tendo em vista os resultados obtidos. (CALIXTO e MORETTI. Pg. 178. 2003).

Entretanto, apesar de um programa com um papel estratégico para justificar e suprir as necessidades do capital monopolista, sua efetivação sempre esteve prejudicada por conta de inúmeras dificuldades, que iam desde a falta de pessoal especializado e disponível na região, para planejamento e políticas de atuação, até o imbróglho em que se constituiu absorver a Fundação Brasil Central e ter passado a gerir o patrimônio interestadual para o desenvolvimento dos vales Tocantins, Araguaia e Paraguai-Cuiabá (FIRTOP), que deveria também ser integrada à SUDECO. (CALIXTO e MORETTI, 2003).

No decorrer de sua implantação outros objetivos foram incorporadas aos originais, tais como o plano rodoviário nacional que inicialmente estava sob a responsabilidade da Fundação Brasil Central (F.B.C.), no qual buscava a integração do Centro-Oeste ao restante da malha rodoviária do país. Independente de quaisquer circunstâncias os planos da SUDECO estavam sempre atrelados à política de desenvolvimento do Governo Federal que visava à correção das disparidades regionais. Dessa forma era pertinente a SUDECO a realização de estudos e levantamentos potenciais para o planejamento de ações a serem alcançadas em pólos de

desenvolvimento pré-estabelecidos, visando induzir o crescimento e desenvolvimento de sua hinterlândia.(ABREU, 2001).

A SUDECO também teria o papel de acordo com Moretti e Calixto (2003) desenvolver atividades ligadas à agricultura e pecuária, visando o mercado externo, e ao mesmo tempo absorver os excedentes de população interna, especialmente oriundos do Nordeste, através de políticas de atração desses fluxos migratórios com o objetivo de fixá-los nas áreas de baixa densidade populacional. Assim, através das políticas de desenvolvimento, a região Centro-Oeste passa a participar mais diretamente da vida econômica do país, tendo o papel de exportador de produtos primários.

De acordo com Moretti e Calixto (2003) essa nova realidade da região é notada nos dados apresentados pelo governo federal, referentes as décadas de 1960 e 1970, apontando que em 1967 o Brasil produzia 21.723.000 toneladas de ferro e 1.300.000 toneladas de manganês, dessa produção o mercado externo ficava com 14.279.000 toneladas do ferro e 542.000 toneladas do manganês. Já no ano de 1972 foram produzidas 39.000.000 toneladas de ferro e 1.300.000 toneladas de manganês sendo exportados respectivamente 31.000.000 e 1.100.000 toneladas; a partir desses números fica evidente a política de exportação para a região, sendo empreendida principalmente a partir do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Também nos setores agrícolas e de abastecimento foram verificados aumentos significantes na produção voltada para a exportação.

Tais cifras evidenciam uma mudança no comportamento desses setores baseados no ideário da integração nacional, da modernização da agricultura para exportação e na formação de mercado interno para as multinacionais produtoras de implementos e defensivos agrícolas. Denotam também, transformações no espaço matogrossense, que demandaram e incorporaram novas técnicas de trabalho, no campo e na cidade. (CALIXTO E MORETTI pg. 189. 2003).

Assim ocorre um crescimento das relações econômicas no contexto do Centro-Oeste que atinge diversos setores, transformando a estrutura de relações produtoras e contribuindo para o desenvolvimento dos centros urbanos da região. Com o aumento da produção agropecuária surgem novas oportunidades para empresas ligadas a venda de maquinários, implementos agrícolas, veículos etc, com o aumento dos fluxos nas rodovias construídas para o escoamento da produção, as cidades por sua vez passam a receber profissionais ligados a vários ramos (médicos,

dentistas, veterinário, engenheiros agrônomos, professores, etc.), tudo isso resultado das transformações ocorridas, e dirigidas pelo poder público que influenciava a produção e fazia com que o país entrasse nos moldes capitalistas exigidos nos países em desenvolvimento.(CALIXTO, 2004).

As condições atuais da atividade industrial nos países subdesenvolvidos obrigam-nos, portanto, a considerar a rede urbana como constituída por duas redes superpostas. Uma delas esta ligada principalmente às atividades industriais voltadas para o país; a outra, às atividades voltadas para a exportação. (SANTOS. Pg.330.2004).

A SUDECO, portanto, foi determinante para o desenvolvimento da região Centro-Oeste através dos planos desenvolvidos, o primeiro deles foi o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico Social do Centro Oeste), sua prioridade era desenvolver uma estratégia de ações a serem realizadas, dentro das metas nacionais de ampliação do mercado e ampliação da produção. Para isso foram definidas treze áreas para receberem os recursos federais visando também o desenvolvimento econômico de seu entorno.(CALIXTO E MORETTI, 2003).

Os objetivos presentes do PLADESCO voltavam-se para 1) elevar a participação do produto regional, na formação do PIB, de 3,3 para 5% ate o fim dos anos 70, isso considerando que a população da região correspondia a apenas 5% da nacional; 2) melhorar a distribuição participativa entre os setores primário, secundário e terciário ; 3) elevar a participação da industria na formação do produto regional bruto (PRB), DE 5,5% para 10% ate 1974. (CALIXTO e MORETTI, 2003. pg 192).

Para alcançar tais objetivos a proposta era eleger áreas para receber incentivos fiscais e funcionar como pólos de desenvolvimento. No total foram treze áreas programas das quais sete estavam nas áreas de incentivos ao norte da região, sendo quatro delas no espaço mato-grossense entre as quais : Aripuanã , Peixoto, Xingu e Cáceres. Nesse contexto a idéia era promover políticas de colonização ligadas a produção agrícola, e também de incentivos fiscais a grandes empresas de capital nacional e internacional para ocuparem as terras do norte do então estado e Mato Grosso. Na área de exportações encontrava-se: Cuiabá, Rondonópolis, Corumbá e Campo Grande/ Dourados, vale ressaltar que nesse contexto o estado de Mato Grosso abrangia também o espaço do atual Mato Grosso do Sul, cuja divisão ocorreu somente em 1977. Assim o

PLADESCO organizou a região Centro Oeste de acordo com o avanço do capital, delimitando suas estratégias na ocupação racional e planejada com vistas no desenvolvimento.

A estratégia de desenvolvimento definida por este plano, em consonância com o I PND, vislumbrava um crescimento a valores constantes à razão de 20% ao ano. Para tanto, selecionava as áreas-programas que se consolidariam, no II PND, com os programas especiais, no sentido da ampliação do mercado nacional para o consumo de produtos que a indústria, especialmente de capital monopolista, estava produzindo, além de fornecer infra-estrutura, incentivos fiscais e financiamentos a juros baixos sem riscos (CALIXTO E MORETTI, 2003. pg 195).

Nesse sentido o poder público dava o suporte necessário através de infra-estrutura (principalmente rodovias) e incentivos fiscais, para que o capital representado por empresas de capital nacional e internacional se reproduzisse sem riscos. Havia também uma preocupação com a formação de uma mão-de-obra especializada para atender as áreas programas. Nota-se, portanto, que houve ações do Estado nas mais variadas formas e modalidades para impor um modelo desenvolvimento na região, (SANTOS, 2004. Pg 161, 162) coloca o seguinte:

Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento a ao desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infra-estruturas caras, a formação profissional, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas acordos com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento.

(SANTOS, 2004. Pg 169) ainda coloca que os investimentos em infra-estrutura foram uma forma de influenciar direta e/ou indiretamente a implantação de indústrias modernas:

Sem duvida, é necessário distinguir as infra-estruturas indispensáveis à modernização de um Estado daquelas que são criadas com o objetivo deliberado de atrair investimentos. Mas, nos dois casos, os governos são fortemente influenciados e mesmo constringidos pelas grandes firmas em função de seus interesses.

Portanto, através desses investimentos, a região nas décadas de 1960 e 1970 um grande fluxo migratório oriundos de outras regiões do país, atraídos principalmente por esses incentivos estatais e pela necessidade de mão-de-obra faz presente a partir das novas relações de trabalho que surgiram.

Na avaliação da superintendência, esse crescimento demográfico foi consequência dos investimentos da política de integração nacional e da interiorização do capital, empurrado pela política de industrialização calcada na substituição de importações e que promoveu o avanço da fronteira agrícola e econômica sobre o território mato-grossense, através, principalmente das grandes vias de circulação implantadas, tendo atraído um contingente populacional para o Centro Oeste. O censo do IBGE (1970) indicava que 20% do total de migrantes, em todo país se dirigiam para esta região. (CALIXTO E MORETTI, 2003. pg 198).

A região Centro-Oeste adentra os anos 1970 ainda patrocinada por políticas de beneficiamento por parte do Estado, que mesmo diante da crise internacional provocada pelo aumento no preço do petróleo, a região permanece como uma área que continuaria recebendo recursos federais para adequar-se aos interesses do capitalismo monopolista, cujos objetivos estavam amarrados às metas do II PND e do II PLADESCO.

Segundo Calixto e Moretti (2003) caberia ao Estado duas opções: Primeiro incentivar a exportação, o que significaria aumentar a produção para atender o crescente mercado internacional. Nessa opção investiu-se tanto na produção dos chamados produtos primários, principalmente produtos agropecuários (grãos e carnes) e minérios, como na criação de condições para que as multinacionais se instalassem no país para produzir produtos que antes eram importados, como fertilizantes, máquinas e equipamentos agrícolas, etc. Em segundo lugar, intensificou-se a presença do poder público na condução do crescimento econômico interno que assumiu setores de risco e os investimentos em infra-estrutura, através de investimentos externos (CALIXTO E MORETTI, 2003. pg 201).

Dentro dessa política de “inclusão” de áreas para a redução das desigualdades inter-regionais, vários programas foram criados, todos previstos no II PND, sob controle e direção da SUDECO, dentre eles estavam o POLOCENTRO (Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados), o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal) e o PERGEB (Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília), além

de alguns mais específicos para a região do então estado de Mato Grosso, como é o caso do PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados). (CALIXTO e MORETTI, 2003).

Dentre os programas que mais se destacaram, até em razão de sua magnitude, foi o POLOCENTRO, cujo objetivo era o desenvolvimento de uma alta produtividade de alimentos, concomitante ao próprio crescimento econômico da região Centro-Oeste. Embutidos a esse programa estavam os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, cuja política de concessão de créditos financeiros estava amarrada a uma política centrada na (re)produção de uma elite agrária, uma vez que as vantagens oferecidas direcionavam-se para os médios e grandes proprietários de terras. (CALIXTO e MORETTI, 2003).

Tal como o POLOCENTRO, o PRODEPAN também era um programa de desenvolvimento baseado no incentivo a grandes proprietários, cujo objetivo era fomentar o desenvolvimento regional através do investimento em vários setores, tais como o de transporte, indústria, energia e pecuária. A eficiência desse programa foi muito questionada, Moretti e Calixto (2003) expõem que:

No caso do PRODEPAN é possível afirmar que houve empenho do poder público no sentido de viabilizar os interesses da fração dominante, Qual seja, os pecuaristas. É possível afirmar, também, que faltou competência técnica (foram realizados pelo menos três estudos para a efetivação do planejamento do Pantanal mato-grossense) para gerir as propostas, mas, principalmente, faltou capacidade de cooptação da fração dominante regional, acostumado a um ritmo lucrativo com a pecuária extensiva, sem grandes investimentos. Sobraram interesses: das empreiteiras, dos fazendeiros, e dos políticos com base eleitoral local e até regional. (CALIXTO e MORETTI, 2003. pg 211).

Os programas até aqui citados tiveram uma larga importância para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, de forma que ela veio a se dinamizar ganhando um novo ritmo de produção, de forma mais específica o sul do estado do então estado de Mato Grosso, especialmente no contexto no qual a cidade de Dourados está inserida. Foram criados e fortalecidos órgãos voltados para a pesquisa, visando o melhoramento da produtividade, tais como; EMPAER (Empresa Agrícola de Extensão Rural) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), além de melhorias nos setores de infra-estrutura e meios de comunicação e informação. De forma que na década de 1970 a região de Dourados foi eleita como pólo de

desenvolvimento regional recebendo, por conta disso, incentivos diretos do governo federal. (CALIXTO 2004).

Segundo Calixto (2004) os programas que se destacaram na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul foram; 1º o projeto de desenvolvimento da criação de gado, implantado em 1967, esse projeto tinha como meta o desenvolvimento de uma pecuária melhorada e para alcançar tais objetivos foram fornecidos empréstimos em longo prazo, para a abertura de áreas, introdução de pastagens, aquisição de maquinários e demais custos eventuais. 2º PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste), iniciado em 1971, esse programa propunha o investimento na melhoria da rede viária, além de financiamentos de frigoríficos, armazéns e outras melhorias em infra-estrutura. 3º Programa de Corredores de Exportação, implantado em 1973, este programa tinha um forte apelo na ampliação das exportações para isso investiu-se na melhoria da produção agrícola, através da modernização dos processos produtivos do setor. 4º PLADESCO, criado em 1973, esse plano tinha um forte apelo na ampliação da ação Estatal, de forma a melhorar a pecuária e a agricultura através do incentivo a mecanização das lavouras. 5º PRODEGRAN, implantado em 1976, será enfatizado mais adiante. 6º Programa do Boi Gordo que visava a melhoria da pecuária extensiva para atender aos interesses da industria.

Nesse período a cidade de Dourados já se portava como pólo regional, porém o fato que vem consolidar esse processo, em se tratando de política de desenvolvimento foi sem duvida o PRODEGRAN (Programa de Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados), que fazia parte do II PND esse foi o projeto que trouxe maior impacto para a cidade de Dourados. Calixto (2004) aponta que:

Foi nesse contexto que o Estado definiu o novo papel reservado à região de Dourados, propondo ainda, um novo perfil para a população urbana, em virtude da demanda causada pelo processo de tecnificação. Isso desencadeou o crescimento de seguimentos socioprofissionais ligados especialmente a setores da agricultura (engenheiros agrônomos, veterinários, etc.), o que exigiu novas respostas em face de um novo conjunto de necessidades criadas. (CALIXTO, 2004. pg 53)

Dessa forma temos uma nova configuração tanto no contexto de Dourados, como na região sob sua influência. No contexto da cidade há um forte crescimento populacional (desordenado) e a região é levada através da ação do Estado a participar de forma mais direta da

dinâmica econômica exigida pelo capital nesse contexto histórico. Nesse período a principal base econômica da região era advinda de atividades ligadas à agropecuária. Em virtude desse novo modelo de desenvolvimento imposto a região Calixto (2004) expõe dois processos decorrentes; primeiro o aumento do preço da terra, dada sua importância cada vez mais crescente, em segundo o afastamento daqueles pequenos produtores incapazes de se adaptar a esse novo sistema de produção.

A respeito dessa segunda dinâmica, Oliveira (1990) ao abordar a questão da agricultura sob o modo de produção capitalista, destaca um conjunto de autores que trabalham com a chamada “teoria clássica”, que explica tal processo da seguinte maneira:

O camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso a mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançariam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de falência, em função da queda dos preços de mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado de capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam assalariados, proletarizar-se-iam, portanto. (OLIVEIRA, 1990. pg 7)

Para que os objetivos do PRODEGRAN se concretizassem, era necessária a consolidação desse processo, uma vez que o programa visava o desenvolvimento de uma produção agrícola de alta potencialidade, voltada ao mercado externo. Nesse sentido o Estado influenciava tanto na expansão da área produtiva quanto a qualidade na produção, para isso era necessário praticas agrícolas votadas para a mecanização e melhorias na infra-estrutura, tanto no que diz respeito à produção em si; (modernização das praticas de cultura, armazenamento, energia elétrica no campo), quanto em transporte, ou seja, vias de acesso, para a fluidez tanto de produção quanto de pessoas.

Dentro dessa perspectiva, o PRODEGRAN trouxe para a região uma nova configuração espacial, impondo um novo modo de divisão territorial do trabalho. Nessa dinâmica o papel central é desempenhado por Dourados, que além de receber incentivos diretos experimentou também um forte crescimento urbano, ficando também marcada pela presença de setores agroindustriais, que necessitavam de mão-de-obra qualificada (agrônomos, veterinários, médicos,

engenheiros, etc.). Calixto (2004) falando a respeito dessa dinâmica a qual a cidade de Dourados é inserida, expõe: “A cidade passou a ser local de moradia dessa mão-de-obra qualificada, ligada, em grande maioria, à modernização no campo, implicando no estabelecimento de novas relações”.(CALIXTO. 2004).

De acordo com Abreu (2001) a SUDECO tinha uma linha de ação autoritária, onde as decisões eram tomadas visando o fortalecimento do capital agroindustrial e conseqüentemente, da classe dominante, é o caso, por exemplo, da divisão do estado no final da década de 1970. Em 1990 a SUDECO (que já vinha de em crise desde o começo da década de 1980) foi totalmente extinta, porém, não podemos vincular essa extinção somente a incompetência política e técnica da Superintendência em atender aos interesses do capital, mas também vincular a uma forte tendência que o próprio sistema político impôs, pois esse período foi marcado principalmente pela redução do papel do Estado na esfera econômica (neoliberalismo).

Estamos falando aqui de uma dinâmica que surge nas últimas décadas do século XX em escala mundial que conseqüentemente afetou o Brasil. É um processo que de acordo com Santos (2006) provoca uma diminuição da soberania dos Estados, fazendo dos territórios nacionais espaços de economia internacional, dessa forma “os negócios governam mais que os governos”. Entretanto o papel do Estado ainda é de suma importância, uma vez que fica sob sua responsabilidade o poder de encorajar ou dificultar a integração global ou nacional dos mercados. (SANTOS. 2006).

Atualmente estamos diante de uma nova dinâmica, imposta pelo Estado Nacional, que novamente está implantando modelos de programas de desenvolvimento regional, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). De acordo com o Ministério de Planejamento, orçamento e gestão os objetivos do PAC são: A aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira. As medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos: 1) Investimento em Infra-Estrutura 2) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento 3) Melhoria do Ambiente de Investimento 4) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário 5) Medidas Fiscais de Longo Prazo. Para alcançar tais objetivos as medidas que deverão ser tomadas visam Incentivar o investimento privado; aumento do investimento público em infra-estrutura; e a remoção obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. O PAC depende da participação do Executivo, Legislativo, dos trabalhadores e dos empresários.

Mas o que vale aqui ressaltar é a importância do papel do Estado para a atual estruturação da rede urbana localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, através dos planos de desenvolvimento regional. Também não podemos omitir a idéia de que essas políticas englobaram também um fator econômico, e por isso, atendiam as necessidades do capital e conseqüentemente da classe dominante. Assim criou-se uma rede de desigualdades econômicas expressa claramente no contexto urbano no sul do estado de Mato Grosso do Sul.

CAPITULO 3.

DOURADOS COMO POLO REGIONAL NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL.

Aqui estaremos tratando especificamente do papel que a cidade de Dourados desempenha na porção sul do estado, papel esse de principal centro urbano regional. Desta forma, o município de Dourados passa a concentrar as atividades especializadas de comércio e prestação de serviços, que não são implantadas nos demais centros urbanos da porção sul, assumindo assim, o papel de principal centro urbano na divisão técnica do trabalho na rede urbana regional.

Assim a cidade de Dourados assume uma forte de influência sobre toda a região sul do estado, através de uma rede de relações principalmente no setor terciário, comandadas por empresas ligadas ao comércio de cereais, a venda de implementos agrícolas, assistência técnica, planejamento rural, órgãos de administração pública, instituições bancárias, educacionais, saúde, etc. Portanto temos em Dourados um conjunto de atividades diversas, praticamente inexistentes nas outras localidades, que concentram poucas atividades, resumindo-se muitas vezes a atividades de comércio e serviços pouco diversificadas e de cunho eminentemente local.

Essa perda de importância dos pequenos núcleos fica cada vez mais explícita através do próprio desenvolvimento das “necessidades” urbanas, que devem ser analisadas em relação direta com a ideologia proposta pelo sistema capitalista de produção, onde o consumo é o principal fator de uma dinâmica social de uma sociedade dividida em classes.

Temos hoje, portanto Dourados se tornando o principal centro regional no sul do estado, através dos serviços e infra-estrutura que se instalaram para servir a região. Para justificar tais afirmativas estaremos aqui apoiados em dados principalmente da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Analisaremos os principais setores econômicos existentes na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul e como eles se distribuem na rede de relações urbanas, dentre esses setores enfocaremos o potencial da indústria de transformação, o setor da construção civil, comércio, e setores ligados agropecuária.

Aqui apresentamos um quadro com os setores propostos, fazendo uma comparação entre Dourados (cidade hegemônica), e Japorã (cidade com menor potencial econômico da rede).

QUADRO II - Dourados: Setores que mais se destacam.

SETORES	ATÉ	DE	DE	DE	DE	DE	1000	TOTAL
	9	10 A	50 A	100 A	250 A	500 A	OU	
		49	99	249	499	999	MAIS	
Industria	176	62	5	7	0	0	2	252
Construção civil.	77	21	1	1	0	0	0	100
Comercio.A.V.	1194	229	13	6	0	0	0	1442
Instituições de credito, seguros e capitalização.	29	16	1	0	0	0	0	46
Serviços.	789	142	13	8	1	3	0	956
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal.	645	30	1	0	0	0	0	676
TOTAL	2910	500	34	22	1	3	2	3472

Fonte: RAIS – 2006

No quadro II pode-se observar uma forte presença de diversas indústrias de transformação em Dourados, que chega a apresentar cerca de 176 estabelecimentos que empregam até 9 funcionários, em um total geral de 252 estabelecimentos industriais.

Como se observa um dos setores de maior destaque é o do comércio (Atacado e Varejo) chegando a um total de 1442 estabelecimentos, sendo uma das principais fontes econômicas do município. Os setores ligados aos serviços também se destacam em Dourados fazendo com que a cidade se justifique como cidade pólo, dominando toda uma gama de bens e serviços, e obrigando que as pequenas localidades ao seu entorno satisfaçam suas necessidades maiores na cidade

detentora desses serviços, sendo eles: serviços técnicos, comércio e administração de imóveis, valores imobiliários, transportes e comunicação, serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, serviços médicos, odontológicos e veterinários, e ensino. É o que se observa no quadro abaixo que expõe os principais setores de uma cidade de pequeno porte existente na rede.

QUADRO III – Japorã: Setores que mais se destacam.

SETORES	ATÉ 9	DE 10 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	TOTAL
Industria	0	0	0	0	0	0	0	0
Construção civil.	0	0	0	0	0	0	0	0
Comercio.A.V.	3	0	0	0	0	0	0	3
Instituições de credito, seguros e capitalização.	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços	1	0	0	0	0	0	0	1
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal.	22	1	0	0	0	0	0	23
TOTAL	26	1	0	0	0	0	0	27

Fonte: RAIS – 2006

Nota-se a total disparidade entre as cidades apresentadas através dos dados contidos na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Em se comparando com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quanto ao PIB (Produto Interno Bruto), a situação é ainda mais desigual, temos assim, no município de Dourados um PIB de 1.807.047 mil. reais,

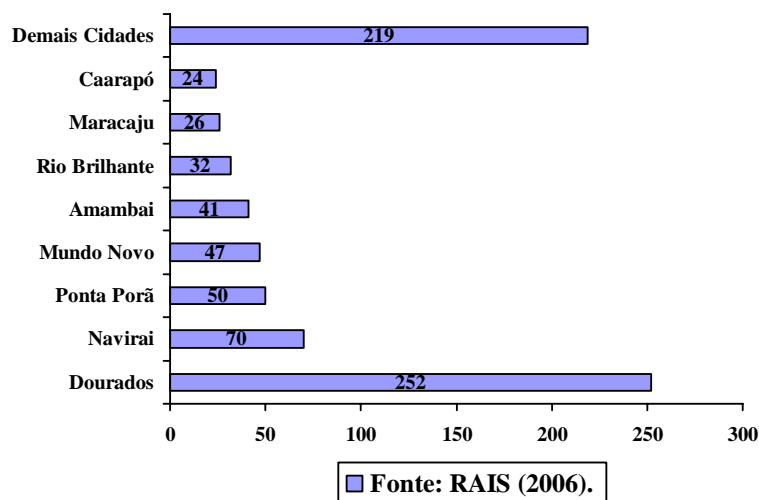
enquanto no município de Japorã temos um PIB de 23.976 mil. reais (valores cotados a preço de mercado corrente – 2005).

O primeiro setor a ser tratado de forma mais específica aqui será o da indústria, entendendo ser esse um setor de larga importância não só para a rede urbana em estudo, mas também no contexto geral do Brasil que se encontra em um pleno estágio de desenvolvimento industrial.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao longo dos anos 1990 houve uma certa desconcentração industrial, que até então se concentravam no sudeste brasileiro, que perdeu participação no valor da transformação industrial nacional das empresas com mais de 1.000 pessoas ocupadas, saindo de 71,6% em 1996, para 68,6% em 2000 e chegando aos 64,4% em 2006. O mesmo processo ocorreu com a região Sul, ao passar de 15,5% em 1996 para 14,7% em 2006. As demais regiões ganharam participação: Centro-Oeste, de 1,2% em 1996 para 3,3% em 2006; Nordeste, de 7,1% para 11,3%; e Norte, de 4,5% para 6,3%. No Centro-Oeste, esse aumento foi significativo principalmente nos setores de alimentos e bebidas.

No que se refere aos estabelecimentos industriais na rede urbana no sul do estado de Mato Grosso do Sul, temos a seguinte situação:

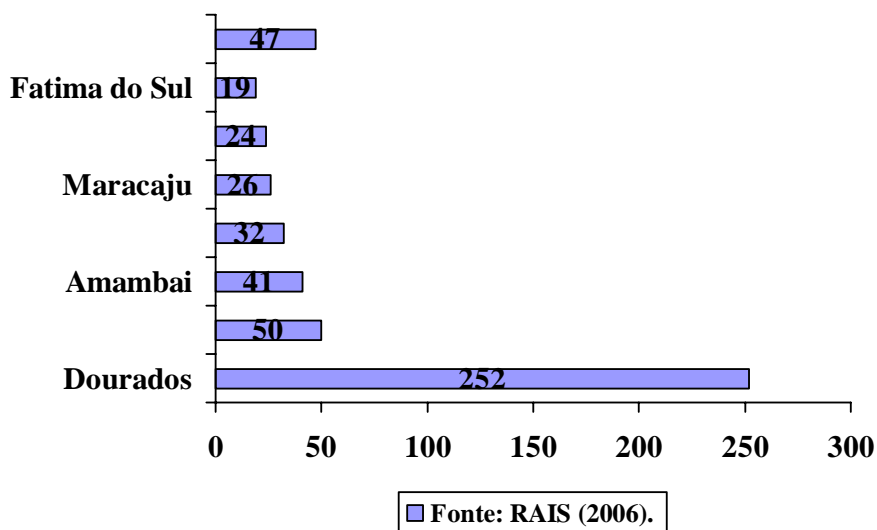
Gráfico 1: Total de Estabelecimentos Industriais



Nesse gráfico podemos observar a hegemonia absoluta de Dourados em relação às outras cidades da rede, em análise do total de estabelecimentos industriais, a cidade aparece com 33,1% desse total, enquanto Navirai a segunda mais influente, no que diz respeito ao número de

estabelecimentos industriais, aparece com 9,2%, e Ponta Porã com 6,6% do total de estabelecimentos industriais da rede, fazendo um somatório às demais cidades, num total de 23, temos um total de 28,8% dos 761 estabelecimentos de indústrias de transformação na rede (RAIS 2006). Os referidos aqui analisados são: indústria de extração mineral, indústria de produtos minerais não metálicos, metalúrgica, indústria mecânica, indústria do material elétrico e de comunicações, indústria do material de transporte, de madeira e do mobiliário, de papel, de papelão, editorial e gráfica, indústria da borracha, fumo, couros peles, similares, indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido e indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

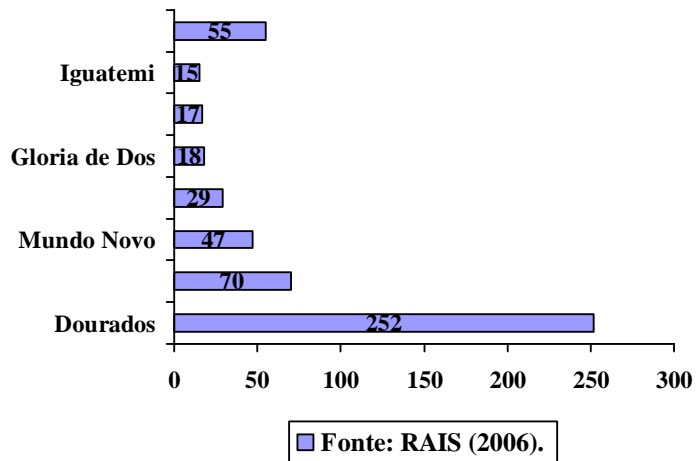
Gráfico 2: Estabelecimentos industriais na Microrregião de Dourados



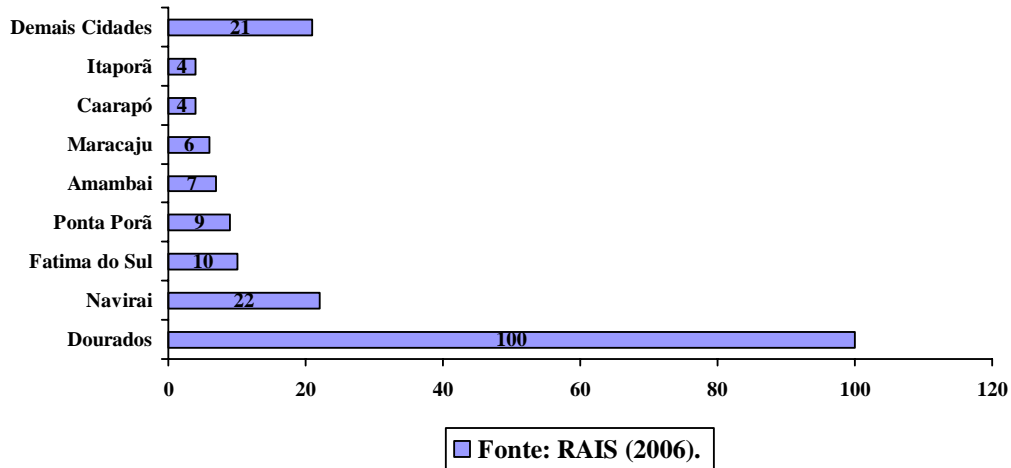
Aqui temos um comparativo da cidade de Dourados com as cidades das Microrregiões de Iguatemi e Dourados, nota-se claramente a predominância de estabelecimentos industriais na cidade pólo, ou seja, a hegemonia de Dourados como detentora dos principais complexos industriais da região sul do estado, exatamente por conta disso, possui um maior dinamismo na oferta de empregos e bens industrializados, impondo uma dependência aos outros centros que não desfrutam da presença desses serviços. No comparativo com os municípios de sua própria microrregião Dourados, aparece com 51,3% do total de estabelecimentos industriais, Ponta Porã em segundo lugar possui 10,2%, Amambaí aparece com 8,3%, Rio Brilhante 6,5%, Maracaju

5,3%, Fátima do Sul 3,9% e as demais cidades, oito ao todo, comportam 9,6% do total de estabelecimentos verificados na Microrregião.

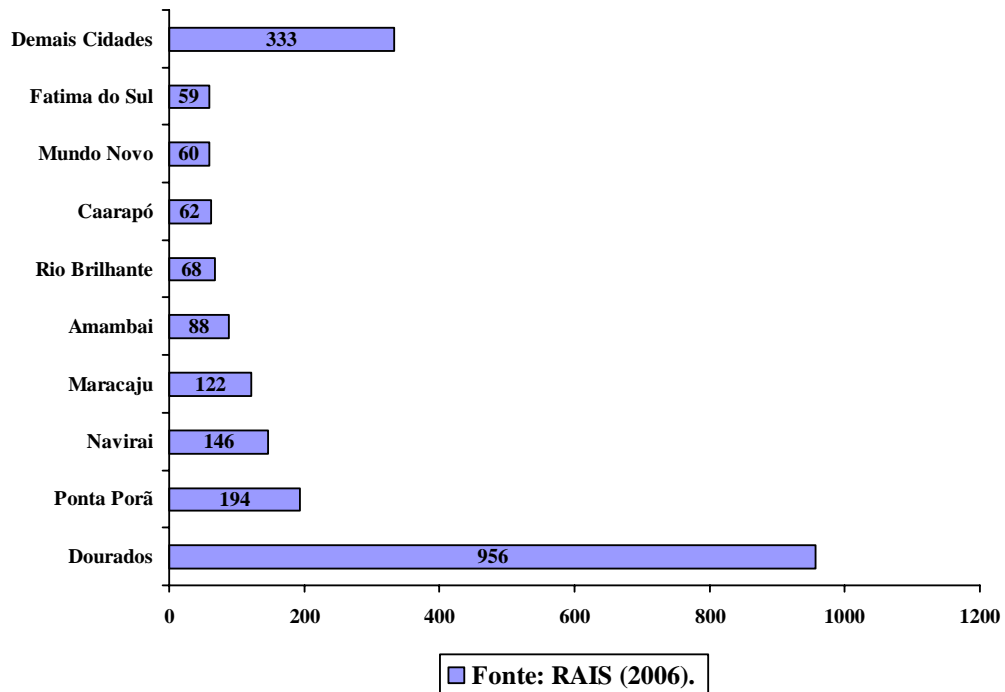
**Grafico 3: Estabelecimentos industriais
Microrregião de Iguatemi comparativo com
Dourados.**



Em comparação da cidade de Dourados com as cidades da microrregião de Iguatemi há também uma forte predominância do principal centro urbano da rede, assim temos, em Dourados a presença de 50,1% dos estabelecimentos industriais da Microrregião, Navirai o principal centro urbano dessa Microrregião aparece com 13,9%, Mundo Novo com 9,3%, as outras cidades que também tem um pequeno destaque são: Ivinhema com 5,8%, Gloria de Dourados com 3,6%, Eldorado com 3,4%, Iguatemi com 3% e as demais cidades, num conjunto de 10 pequenos centros urbanos aparecem com apenas 10,9% do total de estabelecimentos verificados nessa microrregião.

Gráfico 4: Construção Civil.

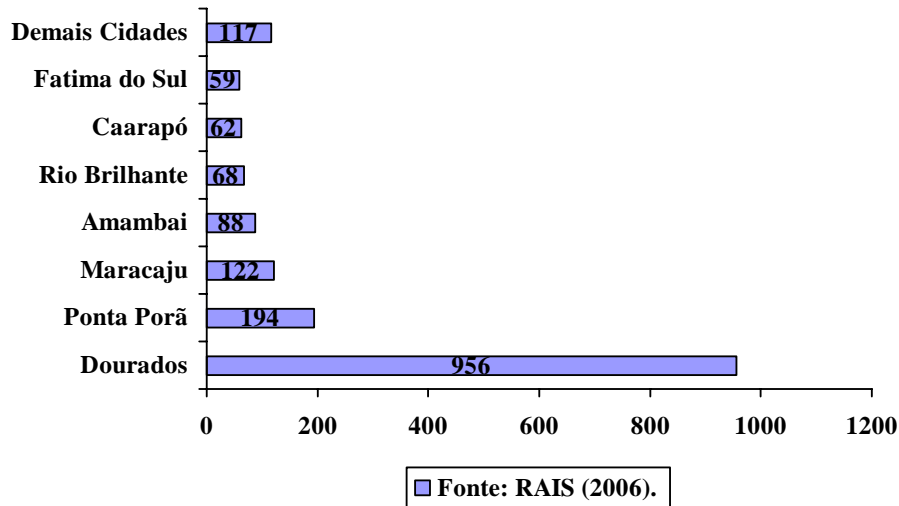
Aqui analisamos o setor da construção civil em separado para mostrar através da análise dos dados a predominância desse seguimento na cidade de Dourados em relação aos demais municípios da rede. O gráfico aponta para a presença de 54,6% dos 183 estabelecimentos verificados, ligados a construção civil, Naviraí aparece com 12% , Fátima do Sul com 5,5% e um total de 22 cidades comportam apenas 11,5% desses estabelecimentos.

Gráfico 5: Setor de Serviços.

Os dados do gráfico de número 5 nos mostram a cidade de Dourados como principal centro urbano, detentor dos principais serviços da rede, os aqui abordados são aqueles ligados ao comércio e administração de imóveis, valores imobiliários, serviços técnicos, de transporte e comunicação, de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, serviços médicos, odontológicos, veterinários e ensino.

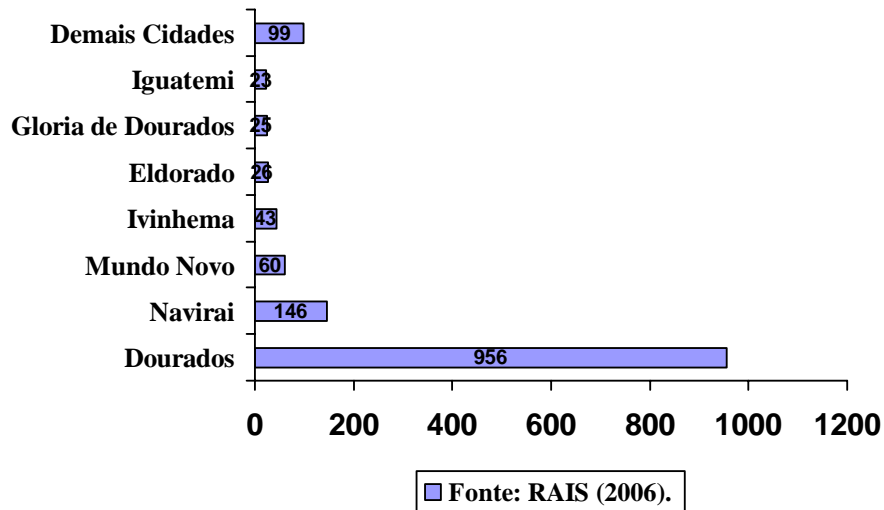
Temos então na cidade de Dourados a presença de 45,8% do total de estabelecimentos verificados na rede, que prestam serviços ligados aos seguimentos apontados, Ponta Porã em segundo lugar aparece com 9,3%, Navirai com 7% , Maracaju com 5,9% , Amambaí com 4,2%, Rio Brilhante com 3,2%, Caarapó com 3%, Mundo Novo com 2,9%, Fátima do Sul com 2,8%, e um conjunto de 22 pequenos centros aparecem com 15,9% do total de estabelecimentos verificados na rede.

Grafico 6: Setor de Serviços na Microrregião de Dourados



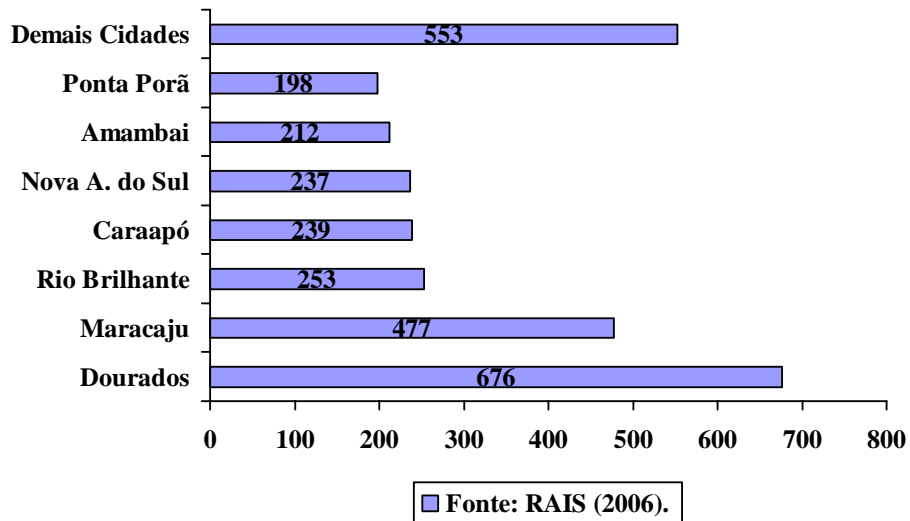
Nesse comparativo da cidade Dourados com sua Microrregião podemos observar a superioridade que a cidade exerce no que se refere os serviços acima citados, de um total de 1666 estabelecimentos que se destinam ao setor de serviços 57,4% encontram-se em Dourados, Ponta Porã aparece como a segunda cidade que comporta esses setores com 11,6%, Maracajú com 7,3%, Amambaí com 5,3%, Caarapó com 3,7%, Fátima do Sul com 3,5%, e as demais cidades num total de 8 aparecem com 7% do total de estabelecimentos que se destinam aos serviços verificados.

Grafico 7: Setor de Serviços: comparativo de Dourados com Microrregião de Iguatemi.



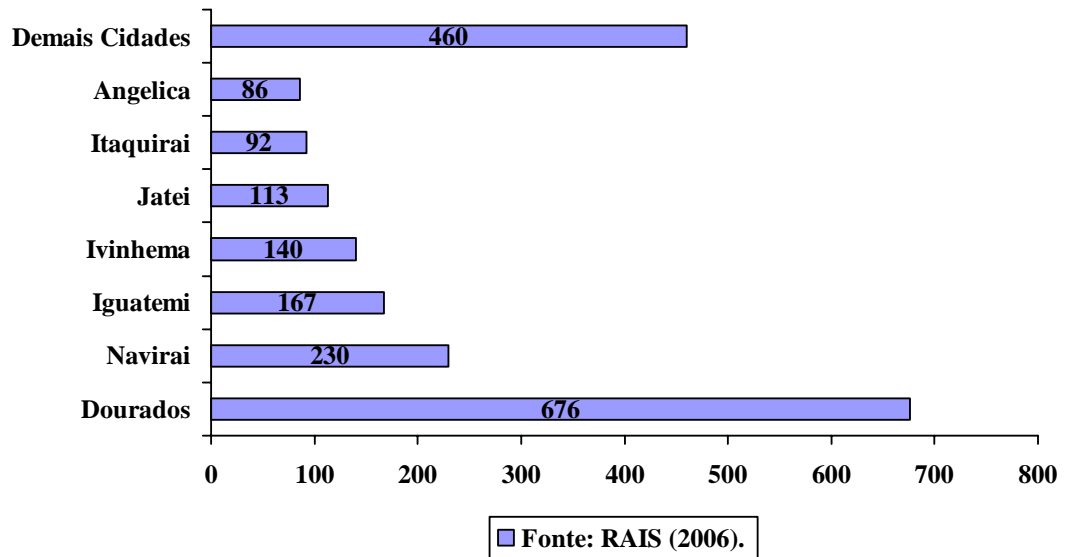
Neste gráfico comparamos a cidade de Dourados com a Microrregião de Iguatemi sendo que o resultado é um forte domínio soberano em relação aos outros centros urbanos, aqui 69,4% dos serviços analisados encontram-se em Dourados, Navirai aparece com a principal cidade da Microrregião de Iguatemi no que se refere aos serviços oferecidos com 10,6% do total verificado, Mundo Novo aparece com 4,3%, Ivinhema com 3,1%, Eldorado com 1,9%, Glória de Dourados com 1,8%, Iguatemi com 1,7% e as demais cidades 8 no total, comportam 7,2%.

**Gráfico 8: Setores ligados a agropecuária:
Microrregião de Dourados.**



Aqui temos um comparativo quanto aos setores ligados a agricultura do município de Dourados com os demais municípios de sua Microrregião, sendo esses setores principalmente ligados a agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal, comportados e denominados aqui como setores ligados a agricultura. No gráfico acima temos, portanto, como via de regra, o destaque de Dourados com 23,8% do total, Maracaju aparece em segundo lugar com 16,8%, Rio Brilhante com 9%, Caarapó com 8,4% , Nova Alvorada do Sul com 8,3%, Ponta Porã com 6,9% e as demais cidades aparecem com 19,4% do total de estabelecimentos ligados a agricultura na Microrregião de Dourados.

Gráfico 9: Setores ligados a agropecuária: Dourados em comparação com a microrregião de Iguatemi.



Em se comparando o município de Dourados com os municípios da Microrregião de Iguatemi temos uma menor disparidade no que se refere ao domínio soberano de Dourados, isso porque os centros menor porte da rede geralmente têm sua economia voltada para esse setor, assim temos, Dourados com 23,8% da produção, Maracaju com 16,8%, Rio Brillhante com 8,9% e as demais cidades, oito no total, aparecem com 19,4%.

Através da análise desses setores podemos então comprovar a influencia exercida por Dourados aqui na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, sendo o município de maior destaque em todos os setores econômicos analisados num total de 31 municípios, pertencentes às Microrregiões de Iguatemi e Dourados.

4 Considerações finais

Estudar uma rede urbana implica necessariamente entender a sociedade e sua organização, isso porque as redes são a materialização espacial do sistema econômico que tem como base a reprodução social do capitalismo, e para isso o capital usa dos artifícios necessários para tal objetivo, havendo uma produção em escala coletiva, mas os lucros da produção são restritos a uma pequena parcela que expropria a grande maioria. Com a evolução das técnicas essa dinâmica vai se efetuar das mais diversas formas, inclusive no contexto urbano, onde é notado claramente a divisão da cidade entre aqueles que tem acesso a ela, e os que estão de “fora”, pois não podem pagar por ela.

Estendendo mais a análise, o fato também é claramente observado na forma como as próprias cidades se organizam, e como são as relações entre elas, ou seja, de que forma se dão as relações entre cidades. No contexto das cidades, a expropriação se dá através da divisão do trabalho, de acordo com a função desempenhada nessa divisão é que se determinara a posição na esfera econômica, assim, a divisão do trabalho gera uma divisão econômica e social. Isso no contexto das redes urbanas vai se dar através da criação de uma hierarquia urbana, ou seja, de um lado teremos as cidades que assumem um papel de centro hegemônico, obrigando os demais centros a dependerem dos serviços e papéis econômicos dos centros maiores, ficando os centros menores muitas vezes presos a uma fraca produção econômica, geralmente voltada para atividades de pequena expressão econômica.

A rede localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul é uma materialização dessa forma de organização, onde a cidade de Dourados exerce o papel de centro hegemônico, e controla (ou influencia) toda uma hinterlândia que se compõe de 30 municípios, sendo eles na grande maioria de pequeno porte, geralmente voltados para atividades agropecuárias; sendo que a exceção dos municípios de Naviraí, Ponta Porã, Maracaju, Amambaí e Rio Brilhante, esses apresentam uma certa diversificação nos setores econômicos presentes, e por conta disso a dependência é menor, mas não desaparece, pois Dourados ainda assim influencia de alguma forma a dinâmica econômica desses municípios.

Nos setores econômicos aqui analisados, através dos dados contidos no relatório anual da RAIS (2006) comprovamos a total influência de Dourados em toda essa porção do sul do estado. Toda essa influência foi construída ao longo do tempo através de políticas empregadas pelo

governo federal para atender as demandas exigidas pelo sistema capitalista. Assim a porção analisada foi alvo de inúmeras políticas que visavam tanto à colonização como foi o caso da CAND, uma política que na verdade serviu para a produção de uma mão-de-obra, para a reprodução do capital, como em um segundo momento para o crescimento da produção agropecuária, nesse caso houve uma forte tendência de concentração de terras, e conseqüentemente uma destruição da organização planejada pelos ideais da CAND, gerando um excedente de “despossuídos” que se dirigiram para os pequenos centros em formação ou se instalaram precariamente em Dourados.

Mas junto com essa nova configuração regional, conseqüência de mudanças estruturais no campo, a cidade de Dourados, também passa a ser lócus de uma mão-de-obra especializada para atender as novas necessidades regionais, além de receber indústrias de beneficiamento da produção agropecuária, implementos e suportes para o auxílio da produção. Assim, Dourados se torna ponto de referencia das principais atividades econômicas e serviços da porção sul do estado, fazendo com que os outros municípios se organizem de acordo com essa lógica de concentração.

Dessa forma criou-se uma rede urbana centrada na desigualdade, onde temos, por exemplo, municípios como Japorã com os piores indicadores econômicos e sociais do Brasil, e Dourados que controla toda porção sul do estado, no que se refere a atividades econômicas. O que é interessante é que toda essa dinâmica de desigualdades foi construída pelo Estado, que favoreceu o processo de ocupação territorial e a atuação dos grandes capitais na região estudada.

5 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Silvana. Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições. São Paulo, USP, 2001.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados, MS. Campo Grande. Ed. UFMS, 2004.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1983.

CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (Orgs). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. Região e Organização Espacial. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

CORREA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

CORREA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Atica. 1989.

GOMES, I.E , GOMES, P.C.C, CORRÊA, R.L (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LEVEBVRE, Henri. A revolução urbana. 2 reim. Ed. UFMG. 1999.

LIMA, Pedro Alcântara de. Transformações na paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Gloria de Dourados e Deodapolis: Região Meridional de Mato Grosso do Sul, UNESP- Universidade Estadual de Paulista, Rio Claro SP, 2006.

MARTINE, George. Estado economia e mobilidade geográfica: retrospectivas e perspectivas para o fim do século. IN: Revista brasileira de estudos populacionais. N. 11 (1) p, 41. 60. 1994.

CALIXTO, Maria.J.M MORETTI, Edvaldo (orgs). Geografia e produção do espaço regional: sociedade e ambiente. Campo Grande: Ed UFMS. 2003.

OLIVEIRA, Benícia Couto de, Apolítica de colonizaçãodo Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945). UNESP- Faculdade de Ciências e Letras. 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo Capitalista de Produção e Agricultura, 3º ed São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930 – 1983, 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

SANTOS, Milton. O espaço dividido. 2 ed. São Paulo : Edusp.2004.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 4 ed. 2 reim. São Paulo: Edusp. 2006.

SPOSITO, Maria E. Capitalismo e industrialização. 14.Ed. São Paulo: contexto, 2004.

